

Novo plano. Sem a colaboração de Funaro?

Economia - Brasil

Os "pais" do Cruzado, Pêrsio Arida e André Lara Rezende, estão elaborando um novo plano de ajuste da economia. A equipe não conta

com assessores do ministro da Fazenda, mas ele afirma o contrário. E o prazo para a conclusão do sigiloso trabalho é 15 de abril.



Um novo plano de ajuste da economia — que deve ser anunciado até meados de abril — está sendo elaborado por uma equipe integrada pelos professores Pêrsio Arida e André Lara Rezende, considerados os verdadeiros "pais" do Cruzado. Entre as fontes do Palácio do Planalto há quem assegure que não há qualquer participação de assessores do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que no entanto garante o contrário. Ontem, ao confirmar a presença de Arida e Rezende na equipe que elabora a nova proposta, Funaro disse que sua pasta — além de prepararr uma proposta própria — ainda manda representantes às reuniões da outra equipe. De acordo com o ministro, quem tem sido indicado habitualmente é Francisco Gros, presidente do Banco Central, que agora se encontra nos EUA.

O trabalho confiado a Arida e Rezende, por iniciativa de Sarney, está sendo coordenado pelo secretário particular e genro do presidente, Jorge Murad. E os estudos são cercados do maior sigilo, para evitar qualquer vazamento. O pequeno grupo de especialistas — entre os quais se inclui Miguel Ethel, ex-diretor da Caixa Econômica Federal e amigo de Murad — se reúne fora do Palácio do Planalto, de preferência no Rio e em São Paulo, durante os fins de semana, com reduzida participação de órgãos do governo, exceto para o suprimento de dados. Foi fixada como data limite para a conclusão do plano o dia 15 de abril próximo, quando o governo inicia as negociações com os bancos credores internacionais sobre o refinanciamento plurianual do pagamento da dívida externa.

Como a iniciativa de articular a cooperação de Arida e Lara partiu do Palácio do Planalto, todo o processo de formulação e elaboração do Plano de Estabilização ficará restrito a esse grupo, diretamente ligado a Sarney via Murad. Sem desviar-se fundamentalmente do malogrado Plano Sayad, o programa em elaboração pressupõe uma fase inicial de realinhamento dos preços, tal como está ocorrendo agora, seguida de uma fase de administração, dando ênfase ao controle dos oligopólios e admitindo a convivência com uma taxa inflacionária absorvível.

O ponto polêmico do programa, sobre o qual ainda não há uma opinião consolidada entre os redatores do documento, é a política salarial, especialmente a eliminação do "gatilho", tida como medida indispensável para evitar uma disputa entre preços e salários e, em consequência, uma nova corrida inflacionária.

Pressões contra Funaro

A permanência do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, no governo, é apenas uma questão de oportunidade. Se o demitisse agora, o presidente José Sarney estaria dando uma demonstração de enfraquecimento aos banqueiros estrangeiros, de on-

de partem as maiores pressões para que o substitua por alguém menos inflexível. Irá mantê-lo pelo menos por dois meses, o prazo dado para que o seu plano de recuperação da economia, se adotado, apresente resultados, segundo informou ontem uma alta fonte do Palácio do Planalto.

O presidente, de acordo com a fonte, deposita muita esperança no ministro que, se dependesse exclusivamente dele, ficaria no governo até o final. Funaro tem mantido um discurso bastante duro com os credores estrangeiros, a ponto de ter sido aconselhado, recentemente, a abrandar o tom em função das respostas que ganharam os noticiários internacionais nos últimos dias. Trata-se, porém, de acordo com esta fonte, do discurso do próprio presidente Sarney, que assumiu como ponto de honra o não alinhamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para o governo, embora persistam as negociações, o tratamento que se dá à dívida externa é o mesmo de uma guerra. Para um importante colaborador do presidente da República, nessa guerra "joga-se duro", como nas ameaças de confisco de aviões e navios brasileiros no Exterior como forma de pagamento. O próprio Sarney não esperava que o assunto ganhasse tamanha proporção, mas confia em que, se para o Brasil esse é um problema grave, para os credores também é. A solução, portanto, deve sair da negociação.

Outros fatores, no entanto, vem preocupando o presidente da República, acrescentando a fonte. A greve dos bancários, aliada à ameaça de outras que podem ser deflagradas nos próximos dias, deixa o País vulnerável aos ataques de seus credores, que insistem num endurecimento da política econômica do governo. Mais uma vez, o informante voltou a referir-se ao plano do ministro Dílson Funaro, visto como uma tábua de salvação e que, "nos próximos dias", deverá mudar os rumos do Brasil.

Desabam, no entanto, pressões no Palácio do Planalto contra a permanência do ministro Dílson Funaro no governo. Políticos, empresários, banqueiros nacionais e estrangeiros tentam pressionar o presidente Sarney para que ele se decida a afastar o seu ministro da Fazenda. Ontem o Palácio viveu um dia de intensos rumores sobre a demissão de Funaro, fortalecidos com a encomenda feita pelo presidente Sarney, através do seu secretário particular, Jorge Murad, de um plano de estabilização econômica.

Isso revela que o Ministério da Fazenda foi considerado no Palácio incompetente para elaborar, com a sua própria equipe, um plano econômico capaz de garantir simultaneamente o controle da inflação e o crescimento auto-sustentado do País.

A equipe econômica que serve ao ministro Dílson Funaro nunca esteve tão "em baixa" no Palácio do Planalto como atual-

mente. Mas Funaro ainda tem dois trunfos: o primeiro, um respaldo político, garantido pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães; o segundo, sua amizade pessoal com Sarney.

Para que "sobreviva", contudo, já chegou a ser aconselhado por alguns parlamentares, a trocar rapidamente sua equipe econômica, notadamente João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. No Palácio do Planalto, assessores do presidente Sarney lembram, inclusive, que estes dois professores da Unicamp tiveram pouca ou quase nenhuma participação na concepção do Plano Cruzado I, que foi, de fato, o plano que projetou o governo Sarney e rendeu altos índices de popularidade. E os responsabilizam pela elaboração do Plano Cruzado II, que marcou o início dos grandes desacertos na política econômica.

Sarney já convencido

O presidente Sarney já teria se convencido de que a substituição de Dílson Funaro do Ministério da Fazenda seria um ato político positivo, devido ao desgaste da política econômica. Parlamentares bem informados do PMDB disseram ontem, em Brasília, que o chefe do governo, em conversas mantidas domingo, em São Paulo, com pessoas de suas relações pessoais, acabou se convencendo de que a mudança na pasta da Fazenda teria boa repercussão.

A substituição de José Hugo Castelo Branco pelo deputado quercista Ralph de Biasi, no Ministério da Indústria e Comércio, deveria acontecer ontem, mas acabou sendo adiada para o início de abril, juntamente com o esperado "pacote" da reforma ministerial. Seriam substituídos cinco ou seis ministros, entre os quais José Reinaldo, dos Transportes, que iria presidir a Petrobrás; Ronaldo Costa Couto, do Interior, que poderia presidir a Caixa Econômica; Iris Rezende, da Agricultura; Dante de Oliveira, da Reforma Agrária; Denny Schwartz, do Desenvolvimento Urbano.

"Qualquer pessoa medianamente inteligente já teria percebido o recado da Nação e do próprio presidente da República, de que é hora de sair. Qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade já teria percebido que está sobrando, que está demais." As afirmações foram feitas ontem, em Porto Alegre, pelo presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, ao voltar a defender a demissão imediata do ministro da Fazenda. Já o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, considerou que poderia ser benéfico para o País uma espécie de retorno ao Plano Cruzado I, com um congelamento geral de preços e salários, por período indeterminado, mas desde que houvesse previamente um alinhamento, em bases reais, de salários e preços.